FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: A IMBRICAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Vânia Claudia **Fernandes** – UFRJ

1 INTRODUÇÃO

A interdependência entre entes públicos e privados, sustentada ou não por instrumentos legais, sempre provocou debates e polêmicas, particularmente pelo potencial conflito de interesses e evasão de recursos públicos. A relação estreita que muitas vezes se estabelece entre tais entes pode levar à não distinção entre as esferas pública e privada, configurando o que Max Weber conceituou por dominação tradicional do tipo patrimonial.

No Brasil, para combater as relações patrimonialistas na administração pública, muito comum no período da Primeira República, foi implementada a reforma administrativa do Estado, na década de 1930, tendo como propósito promover o 'insulamento burocrático' (NUNES, 1999) das instituições e evitar as práticas clientelísticas. A partir dessa reforma criou-se o Conselho Federal de Serviços Públicos e da Comissão Permanente (1936) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938). Posteriormente, em 1944, surgiu, nesse contexto, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), instituição privada, criada por decreto-lei, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, e com financiamento público. Além disso, a FGV também se beneficiou da influência política, fruto da estreita relação mantida com a esfera governamental, principalmente, pela exigência estabelecida em seu estatuto[1].

O presente artigo busca apresentar a reconstrução do processo de criação da Fundação Getulio Vargas, cujo tema em discussão aponta para um importante problema, historicamente presente nas relações sociopolíticas do país, que consiste na indistinção entre o público e o

[1] Luiz Simões Lopes, então presidente da FGV, acrescentou no estatuto da entidade criada – a FGV - que um representante do governo federal, designado pelo presidente da República, faria parte da Assembléia Geral.

privado. No Brasil, existem Instituições[2] - algumas delas com funções educacionais - que carregam a marca dessa ambiguidade e são pouco estudadas, como a Fundação Getúlio Vargas.

1.1 FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas é uma instituição *sui generis,* o que pode ser constatado no seu processo de criação. O seu estatuto a define como uma instituição privada, todavia foi criada, em 1944, por decreto-lei, assinado por Getúlio Vargas, então Presidente da República, o que nos permite considerá-la um ente ambíguo assim como o SENAI, originado por idêntico procedimento dois anos antes (Cunha, 2005). No que se refere à atuação da *Fundação*, destaca-se sua função como subsidiária junto ao poder público, uma espécie de "braço do governo", sendo responsável pela formação de pessoal qualificado para atuar tanto na administração pública quanto privada e pela elaboração de alguns indicadores econômicos. Além disso, liderou inúmeros projetos pioneiros no âmbito do ensino, da pesquisa, da consultoria e das publicações, tornando-se conhecida nacional e internacionalmente.

No campo do ensino destacou-se por desenvolver diversos projetos, no nível fundamental e médio (Colégio Nova Friburgo- CNF) e na pós-graduação (Instituto de Estudos Avançados em Educação- IESAE). Destacou-se também no campo da Economia e da Administração.

Inicialmente desenvolveu suas atividades no Rio de Janeiro, expandindo-se posteriormente para São Paulo e, mediante convênios, atua hoje em outras capitais e no interior do país.

[2] Luiz Antônio Cunha (2000 c, p.45) cita o Senai como exemplo de instituição educacional ambígua.

1.2 O CONTEXTO HISTÓRICO

A reforma de 1930, implementada por Getúlio Vargas, marcou a tendencial passagem da administração patrimonialista para a administração burocrática, o que provocou mudanças significativas nas relações sociopolíticas mantidas no país até então. Esse governo procurou implantar uma administração pública que fosse capaz de eliminar o clientelismo comum na administração anterior, o que não significou que tais práticas foram extintas.

Com relação à permanência do clientelismo nas relações sociopolíticas do país, Nunes (1999) entende que, para se compreender a realidade brasileira, é necessário transcender as interpretações duais, uma vez que a sociedade brasileira é sincrética, na qual convivem harmonicamente o tradicional e o moderno. Ele destaca que a Revolução de 1930 implantou uma nova ordem que não foi capaz de eliminar por completo a antiga.

Sobre a implementação da administração burocrática no Brasil, nesse período, Guerreiro Ramos (1950, p.124)[3] observa que:

> No Brasil a racionalização da administração pública defronta-se com sérios obstáculos, principalmente oriundos de sua formação histórica. Pode-se afirmar, mesmo, que a sua introdução em nossa máquina estatal corre por conta daquele idealismo utópico, característico das elites brasileiras e extensamente estudado por Oliveira Viana.
> A verdade é que a estrutura social e política do país ainda não apresenta até hoje condições capazes de tornar plenamente efetivo, em nossa administração pública, um sistema racionalizado.
> Uma tradição de patrimonialismo permeia o Estado brasileiro [....]

Ele acrescenta que "a administração pública, no Brasil, ainda não ultrapassou o estádio patrimonialista", mesmo que se considere que haja "uma consciência da função pública mais aguda do que em outros períodos" (RAMOS, 1950, p.128). Tais considerações sugerem que a reforma administrativa implementada a partir de 1930 não conseguiu ficar imune às pressões

[3] Tese apresentada ao concurso para provimento em carreira de Técnico de Administração do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço público, em 1949, publicada em 1950 com o título *Uma Introdução ao histórico da Organização racional do trabalho.*

privatistas, demonstrando que uma reforma não se restringe apenas aos aspectos técnicos e burocráticos como considera Sonia Fleury (1997).

Determinado a implementar mudanças significativas que gerasse uma nova ordem capitalista no país, Getúlio Vargas promoveu inúmeras medidas, dentre elas, destaca-se a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC) e da Comissão Permanente de Padronização através da Lei nº 284, em 1936. Segundo Wahrlich (1983), a partir dessa lei, iniciou-se uma reforma administrativa federal que tinha como propósito organizar os serviços públicos e aperfeiçoá-lo, bem como instituir o sistema de mérito na administração de recursos humanos da administração.

Para Ramos (1950) essa lei representava um avanço no que se referia à "história administrativa do Brasil", apesar de ser uma transposição das ideias norte-americanas sobre o conceito de racionalização administrativa.

Dando continuidade às mudanças, Getúlio Vargas criou, em 1938, o DASP, modelo de racionalização burocrática, inspirado em Max Weber. Essa instituição tinha como um dos princípios a admissão no serviço público com base no mérito e na competência. Era um modelo de organização baseado no universalismo dos procedimentos, no qual as normas deveriam ser isentas de influências pessoais e garantir direitos iguais perante a lei. Através desse conceito pretendia-se blindar a administração pública contra o empreguismo, prática comum na Primeira República (WARLICH, p. 236 e 237 e NUNES, p. 33 e 34).

Para destacar a relevância do DASP, no que se refere ao combate das práticas clientelísticas, bem como a implementação de uma nova ordem baseada na racionalidade burocrática, na eficiência e na moralidade, Wahrlich citou Agamenon Magalhães[4] :

[4] "Em julho de 1934, logo após a promulgação da nova Constituição, Agamenon Magalhães foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em janeiro de 1937, passou a acumular com o Ministério do Trabalho, interinamente, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde permaneceu até o mês de junho. Era, então, elemento dos mais prestigiados junto ao governo federal e por isso mesmo deu apoio decidido ao

> O DASP é uma organização que se propôs a fazer no Brasil, país do emprego e da clientela eleitoral, da incompetência, do pistolão, do desperdício burocrático, o impossível. Uma reforma administrativa radical. A substituição da velha máquina por uma nova. A substituição dos processos que vinham de muitas gerações, ganhando hábitos e deitando raízes a milhares de metros de profundidade, por outros mais simples. Mais racionais. Mais inteligentes. Mais rápidos e de seguro rendimento (WAHRLICH, 1983. p.317).

Com relação às medidas implementadas por Getúlio Vargas, Diniz (2000) observa que a reforma foi um projeto centralizador, autoritário voltado para modernizar e racionalizar o aparelho burocrático. Através desse projeto instaurou-se no país um novo Estado interventor na ordem econômica e social. As medidas estenderam-se também para a criação de empresas no setor de infra-estrutura industrial, configurando assim a formação do "Estado-empresário", base para o futuro "Estado desenvolvimentista".

Diniz (2000, p.59), considera também que no Brasil "nunca houve uma burocracia propriamente weberiana", uma vez que a reforma implementada nos anos 1930 não foi bem sucedida, pois, desde o início do governo Vargas prevaleceu "um sistema híbrido, marcado pela coexistência dos princípios universalistas e meritocráticos com as práticas clientelistas tradicionais, tradicionalmente presentes no padrão de expansão da burocracia brasileira" (Idem, p. 31, 32 e 36).

É nesse contexto de profundas transformações no formato da administração pública que são criadas condições para o surgimento da Fundação Getúlio Vargas, instituída como braço auxiliar do Governo para formar profissionais especializados no campo da gestão. Coube a Fundação introduzir também, no Brasil, ferramentas e instrumentos associados à ciência da

---

projeto continuísta de Vargas, concretizado com o golpe que em 10 de novembro que instituiu o Estado Novo". (Fundação Getulio Vargas. Agamenon Magalhães. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_agamenonmagalhaes.htm > acesso em 01 mai 2008.)

administração, fortalecendo assim a capacidade empreendedora do Governo e das organizações privadas.

1.3 A CRIAÇÃO DA FGV

A FGV foi fundada em 20 de Dezembro de 1944. Apesar de criada por decreto-lei, teve a escritura registrada em cartório como qualquer instituição privada. O registro ocorreu no 17º Ofício de Notas, livro 476, folha 6 v. Luiz Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), representou o governo federal nos trâmites iniciais para o registro da instituição, realizando dotação especial de bens, na quantia de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) que o governo Federal disponibilizou para concretizar o projeto.

A escritura de Constituição da Fundação Getulio Vargas foi assinada por 275 instituidores, dentre eles o governo federal, governos de diversos estados, prefeitura do Distrito Federal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 39 Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadorias, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, 10 empresas privadas, 68 companhias de seguro privadas e 107 instituidores individuais (COSTA, 1988, p.22 e 23).

Assinaram também a escritura pessoas físicas que fizeram doação para a instituição como Alzira Vargas do Amaral Peixoto (filha do Presidente Vargas), Arthur de Souza Costa (Ministro da Fazenda, no período de 1934 a 1945); Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945); Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde, no período de 1930 a 1932 e Ministro da Justiça no período de 1937 a 1941); Odilon Braga (Ministro da Agricultura, no período de 1934 a 1937); Waldemar Falcão (Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no

período de 1937 a 1940. Em 1941 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, deixando a pasta do trabalho e em 1945 , assumiu a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral); Rubem Machado da Rosa (Presidente Tribunal de Contas da União, no período de 1948 a 1949); e Ernesto Dornelles (primo de Getúlio Vargas, chefe de polícia em Minas Gerais de 1936 a 1942. Transferido para o gabinete do ministro da guerra, general Eurico Dutra, onde serviu até 1943. Em setembro de 1943 foi nomeado, por Getúlio Vargas interventor no Rio Grande do Sul e foi eleito Senador em 1945).

Como foi possível perceber, significativo aporte de capital foi injetado na instituição, conforme consta na escritura, assim como a presença de personalidades importantes na área pública do governo, o que demonstra que a *Fundação* já nasceu com forte base financeira e estreitos laços com a esfera governamental. Além disso, a instituição, ao longo dos anos, contou com financiamento do Governo Federal que, por sua vez, abriu um crédito de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)[5], pelo decreto-lei nº 6.908 de 27 de setembro de 1944, para que o presidente do DASP, Luiz Simões Lopes, realizasse os trabalhos preliminares, integrando o valor que sobrasse dessa operação ao patrimônio da *Fundação*.

Além do crédito inicial, o governo concedeu isenção à FGV de todos os impostos da União e da Prefeitura do Distrito Federal, através do decreto-lei nº 7.170 de 19/12/1944. Comprometeu-se, ainda, a contribuir, anualmente, com quantia não inferior a 50% da arrecadação da Taxa de Educação e Saúde (taxa aplicada a todos os documentos sujeitos a selo federal, estadual ou municipal, criando um fundo especial para a educação e saúde), conforme estabelecido no decreto-lei nº 6.694 de 14/07/1944. Essa taxa foi instituída através do decreto-lei

[5] R$ 7.479.079,29 - valor equivalente a Fevereiro de 2009.

nº 21.335, de 29 de abril de 1932[6]. O governo também incluiu, nos orçamentos subseqüentes, verba própria calculada à base da estimativa orçamentária.

A Prefeitura de São Paulo contribuiu com o valor de Cr$ 500.000,00 e um terreno de aproximadamente 1.000 m2, situado na capital de São Paulo. A prefeitura do Distrito Federal, por sua vez, contribui com quantia de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros) e também doou terreno na Rua Santa Luzia, conforme decreto-lei nº 8.012 de 28/12/1944.

Concedeu-se à FGV, posteriormentemte, a isenção de todos os impostos estaduais da Prefeitura de São Paulo[7], a cessão de terreno no município de São Paulo em regime de comodato pelo prazo de 50 anos, podendo ser prorrogável[8] e a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional[9]. A FGV ficava, também, autorizada a promover a desapropriação dos prédios situados na Praia de Botafogo, números 176 e 194, para construção da sede, e na Rua Barão de Itambi, também em Botafogo, a ser integrado ao patrimônio da instituição. Esses prédios foram declarados de utilidade pública através do decreto-lei nº 34.578 de 11 de novembro de 1953, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas.

A FGV foi definida como instituição de caráter técnico-educativo, criada para desenvolver atividades de interesse do Estado. O primeiro plano de trabalho da *Fundação* foi aprovado em 25 de junho de 1945. Seu foco inicial centrou-se na formação de pessoal de nível médio com o propósito de suprir as demandas mais prementes dos setores industrial, comercial e, também, da administração pública.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto, e José Linhares, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral assumiu a presidência da República até 31 de janeiro de 1946. A partir desta data, o General Eurico Gaspar Dutra foi empossado Presidente da República.

---

[6] O percentual diverge do registrado no estatuto da FGV que é de 25%.
7 Decreto-Lei nº 15.944 de 13/06/1946.
8 Lei nº 5.712 de 08/05/1957.
9 Lei nº 4.887 de 09/12/1965.

Quando Vargas foi deposto, Luiz Simões Lopes retirou-se da presidência do DASP. Nesse momento, a *Fundação* vivenciou sua primeira crise financeira, em razão da suspensão do pagamento da subvenção anual estabelecida pelo decreto-lei 9.146 de 08 de abril de 1946.

1.4 A AMBIGUIDADE DA FGV

Apesar da natureza jurídica da FGV ser de direito privado, sua constituição seguiu o modelo de direito público, pois ela foi criada por um decreto-lei, configurando-se assim como um ente de caráter ambíguo, considerado por Costa (1988) como uma instituição *sui generis*.

Luiz Simões Lopes descreve em carta como teve a ideia para instituir a *Fundação*. No documento, expõe seus motivos ao Presidente da República para tal investimento. Ele relacionou criação da Fundação Getulio Vargas à fase de "intensa reorganização do trabalho" vivenciada no país, a "mudança social que as novas formas de produção trouxeram a este século", além das tentativas dispersas promovidas por órgãos do Estado e por iniciativa de particulares para "rever os moldes administrativos, formação e aperfeiçoamento de pessoal, a padronização de material e orientação e seleção profissional". Segundo Luiz Simões Lopes, tudo isso indicava a necessidade de:

> uma organização em que colaborem os órgãos da administração pública, os de caráter autárquico e paraestatal, os governos estaduais e municipais, os estabelecimentos de economia mista e, ainda, as grandes empresas particulares, todos neste momento, interessados na indagação de novos princípios e na experimentação de novas formas de ação (FGV, 1946, p. 36-37).

Ele justificava, ainda, que a instituição fosse de natureza privada. Com relação a esse aspecto dizia:

> verifica-se que a forma associativa mais adequada é a de entidade privada, que venha a dispor, desde o início, dos recursos que lhe garantam perfeito funcionamento e continuada existência, constituído por doações dos poderes públicos, de entidades

> autárquicas e paraestatais, de estabelecimentos de economia mista e de empresas privadas [...] (FGV, 1946, p.37).

Além dessa carta, Luiz Simões Lopes descreve no livro *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal* (ARAÚJO, 1999 p.13) como surgiu a proposição para criar a *Fundação*:

> comecei então a imaginar a criação de uma entidade destinada a melhorar o nível intelectual dos brasileiros no campo das ciências sociais, com preponderância para a administração pública e privada, e para outra coisa que está muito ligada à administração, e que era muito necessária, porque na época praticamente inexistia no Brasil: a economia.

Complementou seu depoimento explicando que a instituição a ser criada devia ser "cheia de nuances" de modo a permiti-la mudar de público para privado e vice-versa, o que favoreceu de forma significativa à FGV.

Outro dado relevante sobre a proposição para criação da FGV, consta na entrevista concedida a Celina Vargas do Amaral Peixoto[10] (1990). Luiz Simões Lopes declarou que propôs ao Presidente Getúlio Vargas a criação da FGV. Ele previa que, com o fim desse governo, as contratações para o serviço público voltariam a ocorrer na base do clientelismo e, possivelmente os trabalhos realizados pelo DASP seriam deteriorados[11]. Por essa razão, propôs a criação de uma instituição que pudesse dar prosseguimento aos trabalhos realizados pelo DASP e que ficasse isenta das influências políticas. No trecho da entrevista a seguir, no qual descreve o diálogo que teria tido com Getúlio Vargas, fica clara a preocupação de Luiz Simões Lopes com a possibilidade da saída do presidente do governo:

> Tudo hoje está razoavelmente bem: o governo está em ordem, o orçamento funcionando, as questões de pessoal estão resolvidas. Mas o senhor deve saber melhor do que eu que, quando sair do governo, tudo isso vai desaparecer. Os políticos não vão permitir que continue; vão voltar ao sistema antigo, só nomeando quem tem pistolão. Vão acabar com os concursos – e foi o que aconteceu: quando dr. Getúlio saiu, entrou o Linhares, que

---

10 A entrevista de Luiz Simões Lopes foi concedida a Celina Vargas do Amaral Peixoto em 20, 23 e 24 de março de 1990 e editada no livro da Maria Celina D'Araújo.

11 Essa declaração foi proferida em resposta à pergunta feita por Celina Vargas do Amaral Peixoto: " A Fundação Getulio Vargas foi criada em 1944, no período final do Estado Novo. O senhor teve uma premonição de que o governo Vargas estava chegando ao fim? Previu a possibilidade de deterioração do trabalho que havia realizado no DASP?" (Araújo, 1999, p.13).

> nomeou a família toda, para todos os cargos que se possa imaginar (ARAÚJO, 1999, p.14).

E foi com o decreto-lei nº 6.693 de 14 de julho de 1944 que Luiz Simões Lopes concretiza seu ideal e surge a FGV para se ocupar "do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal da administração pública e privada" (ARAÚJO, 1999, p.14).

Entretanto, Costa (1988), entende que já em 1936, com o surgimento do Conselho Federal do Serviço Público Civil, a *Fundação* começou a ser criada. Ele entende que para melhor compreensão das origens e objetivos da *Fundação* torna-se necessário:

> estabelecer-se esta cadeia e acompanhar a evolução de uma linha de pensamento que vem desde o Conselho Federal do Serviço Público, ganha substância e é submetido ao primeiro teste de eficácia no DASP, e progride no sentido da criação de um instituto de direito privado voltado para a eficiência da administração (COSTA, 1988,p.16).

Para Costa (1988), esses fatos demonstravam que a criação da FGV não surgiu de "decisões circunstanciais ou momentâneas", na verdade ela expressava a "extraordinária visão de Luiz Simões Lopes e de sua equipe, quanto à importância que a administração representava para os governos contemporâneos e para o desenvolvimento global dos países" (COSTA, 1988, p.16).

No que se refere ao caráter ambíguo da Fundação Getulio Vargas, há ainda outros aspectos relevantes que merecem destaques como o fato de ser fiscalizada pelo Ministério Público[12], apesar de ser subvencionada pelo poder público. Além disso, a *Fundação* presta contas também ao Tribunal de Contas, apesar de não se subordinar à administração direta e segue as normas estabelecidas no Código Civil. Todos esses elementos não permitem classificá-la, exclusivamente, como uma fundação de direito privado, regida pelo Código Civil, e nem é possível concebê-la, exclusivamente, como fundação pública de direito privado, uma vez que apresenta particularidades do direito público e do direito privado. Por essas razões, a classificação

[12] O Ministério Público é o órgão responsável por fiscalizar as fundações privadas

mais adequada é a de ente híbrido, ambivalente, por inexistir no ramo do Direito outro tipo de natureza jurídica que possa enquadrar o modelo jurídico da Fundação Getulio Vargas.

Quanto ao caráter ambíguo da *Fundação*, Luiz Simões Lopes manifestou-se nos seguintes termos:

> fiz uma instituição que era criada pelo Governo, com dinheiro do Governo, mas ao mesmo tempo, criei uma Assembléia geral (....). Como eu não queria um organismo claramente estatal, dei uma forma dupla à instituição. Criei uma coisa um pouco esquisita: uma fundação que, finalmente é do governo, mas parece privada, já que seu órgão supremo é a Assembléia geral (ARAÚJO, 1999, p.14).

Reforçando essa questão, João Paulo Reis Velloso, ex-ministro do Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no período de 30/10/1969 a 01/05/1974, no livro Fundação Getulio Vargas: a concretização de um ideal observa que historicamente a *Fundação* mantinha "um cordão umbilical com o Governo". Isso "criava uma situação *sui generis"*, pois a instituição era privada, mas realizava atividades para o governo, todavia possuía independência administrativa (ARAÚJO, 1999, p. 273).

Esse papel duplo de instituição Pública e Privada é uma peculiaridade que insere a FGV na polêmica discussão da não distinção entre o público e o privado, e é um ponto relevante no estudo dessa instituição.

Com relação a essa questão, cabe citar o depoimento Anísio Teixeira sobre a FGV, no qual há uma clara defesa desse modelo ambivalente :

> [....] o característico mais significativo da sociedade democrática é o pluralismo de seu tipo de organização. Como, porém, em sua origem, esse pluralismo ficou excessivamente marcado pelo dualismo entre o privado e o público, aquele múltiplo e este concentrado no Estado, muitos deixam de atentar quanto à direção ou tendência pluralista da sociedade se manifesta, por igual, na área do privado e na área do público. Se tomarmos para exemplo a evolução democrática dos países anglo-saxônios em contraste com a revolução democrática dos países latinos e eslavos, (....) poderemos ver claramente quanto à distinção entre o privado e o público, na democracia evolutiva, é menos incisiva, menos radical, e quanto é o 'público' menos concentrado no Estado. Com efeito, nos países anglo-saxônios o seu mais flexível dinamismo social permite que o privado e o público mudem de posição no processo histórico, e o que se inicia como privado evolua no sentido do público e vice-versa.[...] (COSTA, 1988, p.2 e 3).

Para Anísio Teixeira esse modelo de organização permite driblar a burocracia rígida estatal que não é compatível com serviços como educação e saúde e cita como exemplo as santas casas de caridade e acrescenta que as fundações e as associações voluntárias são formatos que entende como mais adequado, entretanto nunca encontrou apoio para essa ideia. Finaliza seu depoimento dizendo que "a Fundação Getulio Vargas, sob a direção do Dr. Simões Lopes, constitui um caso raro e feliz de realização dessa natureza" (FGV, 1972, p. 9-11).

1.5 CONCLUSÃO

O processo de criação da FGV configurou-se, paradoxalmente, como um claro exemplo de patrimonialismo, no qual a esfera governamental (ente público) estabeleceu uma estreita relação com a FGV (ente privado), que levou à não distinção entre as esferas pública e privada.
A relação especial mantida entre esses dois entes, conceituada por Cardoso (1970) como anéis burocráticos permitiu que a instituição fosse criada com forte base financeira, na medida em que sua constituição contou com expressivo aporte de capital público injetado na instituição, bem como a presença de personalidades importantes do governo, evidenciadas na lista de instituidores da FGV.

A estreita amizade entre Luiz Simões Lopes e o presidente Getúlio Vargas e os diversos cargos ocupados pelo primeiro na administração pública, foram elementos importantes para atrair personalidades influentes politicamente para colaborar com a instituição. Com elas vieram doações e, em contrapartida, o direito de tais autoridades participarem do Conselho da FGV, o que fortaleceu e ampliou a rede de influência.

Esses laços propiciaram o surgimento da Fundação Getulio Vargas, em 1944, para dar continuidade aos trabalhos realizados por Luiz Simões Lopes, no DASP que foi criado para

blindar a administração pública das práticas clientelísticas, desenvolver atividades baseadas na racionalidade burocrática, buscando evitar práticas patrimonialistas, estabelecendo clara distinção entre o público e o privado. Todavia, o processo de criação da *Fundação*, instituição privada, desconsiderou esses preceitos, na medida que foi criada e financiada por um ente público.

As personalidades que assinaram a escritura da FGV exerciam funções importantes, como as de ministros, consultor geral da república, deputado, senador, vereador e diretor, secretário, superintendente da área educacional, além de membro do Conselho Federal de Educação. Nos Conselhos da FGV e na vice-presidência também figuravam personalidades que ocupavam cargos importantes na área da educação como nos Conselhos Federal e Estaduais de Educação.

Os elos estabelecidos inicialmente entre Luiz Simões Lopes, presidente da FGV, e Getulio Vargas, presidente do país, foram reforçados pelo primeiro ao acrescentar no estatuto da entidade então criada – a FGV - que um representante do governo federal, designado pelo presidente da República, faria parte da Assembléia Geral. Destaca-se que a escolha desses representantes era feita por Luiz Simões Lopes, e os quais eram Ministros da Fazenda ou do Planejamento, como Sá Freire Alvim e Marcílio Marques Moreira. Muitos deles, após o término de sua função como representante, permaneceram na instituição ocupando outros cargos como vice-presidente, membro do Conselho ou mesmo como professor. Essa atitude evidenciava a intenção de criar (e reforçar) elos com o governo federal que parece ter sido uma preocupação constante do presidente da FGV.

Essas considerações corroboram com a afirmação de que o processo de criação da FGV é paradoxal na medida em que a instituição surge para dar continuidade aos trabalhos realizados por Luiz Simões Lopes no DASP, o que significava desenvolver atividades baseadas na racionalidade burocrática, tendo como propósito moralizar a administração pública no que se refere ao acesso, permanência e promoção no serviço público para evitar práticas

patrimonialistas. No entanto, a criação da *Fundação* caracterizou-se como um forte exemplo dessa prática, na medida em que originou uma instituição ambígua, na qual não se distingue com clareza o que é público e o que é privado.

Além disso, não é descabido pensar que a construção da marca forte da FGV, caracterizada pelo pioneirismo, pela liderança e pela inovação, foi resultado direto do expressivo investimento público, da proteção da concorrência por realizar serviços na esfera governamental, dos fortes anéis burocráticos mantidos durante décadas com a esfera pública, entre outros aspectos, e não apenas pela capacidade de seus gestores em gerir de forma eficiente o patrimônio da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Celina de. Origens da Fundação Getulio Vargas. In: **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Aspectos Políticos do Planejamento**. In: LAFER (org). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

COSTA, Jorge Augusto da. **Pioneirismo a Serviço de Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2005.

DINIZ, Eli. **Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil Anos 1990**. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Estatutos da Fundação Getulio Vargas.** 2ª ed**.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989. (Escritura da Fundação)

_____. Instituto de documentação. **Fundação Getulio Vargas, o que é, o que faz, como funciona.** Rio de Janeiro, 1974.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FLEURY, Sonia. **Reforma Administrativa: uma visão crítica**. Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, v.31, n.4, jul/ago. 1997.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3ª .ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999. (Bibliografia) (p.15)

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade democrática.** Lua Nova- Revista de Cultura e Política, Rio de Janeiro, n.36, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma Introdução ao histórico da Organização Racional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

SILVA, Jorge Ferreira. **Fundações Educacionais: Natureza e Problemática**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v.11, n.4, out./dez.1987.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.2. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999.